



# M U N I C Í P I O D E G Ó I S

## ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE MARÇO DE 2011

-----No dia vinte e nove de Março do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária do Município de Góis, sob a Presidência da senhora Dr<sup>a</sup>. Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Dr. Mário Barata Garcia, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior do Município, Liliana Maria Rosa Pinto. -----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas dez horas, solicitando a introdução dos seguintes pontos:-----

2.15 - ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS/CORPOS SOCIAIS-----

2.16 – PARECERES JURÍDICOS-----

2.17 – COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS/VISITA DE S.E. O SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL-----

3.8 – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE QUATRO ENCARREGADOS OPERACIONAIS/PROPOSTA-----

3.9 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade introduzir os citados pontos na ordem de trabalhos.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente deu início à ordem de trabalhos:-----

**1 – FALTAS E ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: -----**

**1.1 – FALTAS; -----**

**1.2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR-----**

**– ASSUNTOS DIVERSOS: -----**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

- 2.1 – TURISMO DO CENTRO PORTUGAL/BTL/ AGRADECIMENTO-----
- 2.2 - TURISMO DE PORTUGAL/PRÉMIOS TURISMO DE PORTUGAL – 6ª EDIÇÃO  
2010-----
- 2.3 - COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE MALHADA E CASAIS/CORPOS  
SOCIAIS-----
- 2.4 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS/CORPOS SOCIAIS-----
- 2.5 - EDP/OBRAS EFECTUADAS E A EFECTUAR NO CONCELHO DE GÓIS-----
- 2.6 – PROJECTO INTEGRADO DE INTERVENÇÃO PRECOCE/MUDANÇA DO PIIP  
DE COIMBRA PARA O SISTEMA NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE (SNIPI)-
- 2.7 – INICIATIVAS MUNICIPAIS/ABRIL 2011-----
- 2.8 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA E  
SISTEMA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SMPC/SESSÃO DE  
APRESENTAÇÃO-----
- 2.9 – NATURE SANUS – TURISMO, S.A./PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE  
ACEITAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NO CÓDIGO FISCAL DE  
INVESTIMENTO-----
- 2.10 – PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DO ESPAÇO INTERNET DO  
MUNICÍPIO DE GÓIS-----
- 2.11 – PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DO HORÁRIO DE TRABALHO DE  
ATENDIMENTO E FUNCIONAMENTO DO MUNICÍPIO DE GÓIS-----
- 2.12 – EDP/ REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-----
- 2.13 – ARCJILSSA/2º RALLY DO RABADÃO – GÓIS-----
- 2.14 - PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA NA  
PRESIDENTE/ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO DE 28.12.2010-----
- ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:-----
- 2.15 - ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS/CORPOS SOCIAIS-----
- 2.16 – PARECERES JURÍDICOS-----
- 2.17 – COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS/VISITA DE  
S.E. O SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E  
DESENVOLVIMENTO RURAL-----
- 3 – CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS  
PARTICULARES:-----
- 3.1 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

<b>3.2 – PAGAMENTOS</b> -----
<b>3.3 – REQUISIÇÕES</b> -----
<b>3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES</b> -----
<b>3.5 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b> -----
<b>3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANFERÊNCIAS DE CAPITAL</b> -----
<b>3.7 - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL</b> -----
<b>3.8 – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE QUATRO ENCARREGADOS OPERACIONAIS/PROPOSTA</b> -----
<b>3.9 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b> -----
<b>1 – FALTAS E ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:</b> -----
<b>1.1 – FALTAS</b> – Não houve.-----
<b>1.2 – ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR</b> – De acordo com o determinado pela Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos números um e dois do seu artigo nonagésimo segundo, a Câmara deliberou por unanimidade, e após leitura, aprovar a acta da reunião realizada no dia nove de Março do ano de dois mil e onze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----
<b>2 – ASSUNTOS DIVERSOS:</b> -----
<b>2.1 – TURISMO DO CENTRO PORTUGAL/BTL/AGRADECIMENTO</b> – Foi presente a comunicação da Turismo Centro de Portugal, datada de 15.03.11, agradecendo a disponibilidade manifestada pelo Município de Góis na dinamização da componente de animação do stand promocional desta Entidade na Bolsa de Turismo de Lisboa 2011.-----
-----A senhora Presidente referiu congratular-se com a excelente parceria com a Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra nesta iniciativa, que reuniu os Municípios que esta Associação integra, a qual através de uma candidatura ao Programa PACA participou as despesas que envolveram a participação na edição da BTL 2011, tendo cada Município contribuído apenas com o montante de 1.250.00 €.-----
-----A Câmara tomou conhecimento.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

### **2.2 - TURISMO DE PORTUGAL/PRÉMIOS TURISMO DE PORTUGAL – 6ª**

**EDIÇÃO 2010** – A senhora Presidente informou que no passado dia 24 de Fevereiro decorreu durante a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) a cerimónia de entrega dos Prémios Turismo de Portugal que visam reconhecer as iniciativas inovadoras e meritórias e as boas práticas desenvolvidas ao nível da animação turística. Neste sentido, informou que a Turismo de Portugal atribuiu um diploma pela participação do Município de Góis com o Projecto “Vamos ao Largo! – Tributo às Tradições Culturais Goïenses”, iniciativa que contou com a colaboração do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., no âmbito da Comemoração do Dia dos Monumentos e Sítios.-----

-----A senhora Presidente expressou o seu agradecimento público ao senhor Delegado Regional da Cultura, Prof. Doutor António Pedro Pita, ao IGESPAR, à Drª. Ana Sá, Coordenadora da Divisão Social e Cultural e aos Técnicos de Turismo da Câmara Municipal pela inovação do projecto e pelo excelente desempenho na iniciativa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.3 - COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE MALHADA E CASAIS/CORPOS**

**SOCIAIS** – Foi presente a comunicação da Comissão de Melhoramentos de Malhada e Casais, datada de 07.03.11 dando conhecimento dos Corpos Sociais para o biénio de 2011/12, e da atribuição de um voto de agradecimento à Câmara Municipal.-----

-----A senhora Presidente felicitou os Corpos Sociais desta Comissão, na pessoa do seu Presidente da Direcção, o jovem Nuno Miguel Neves dos Santos, pelo empenho na dinamização de acções sociais e culturais nesta povoação, sendo reconhecido por todos o bom trabalho realizado junto da comunidade.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e felicitou os novos Corpos Sociais, fazendo votos para que tenham sucesso nas actividades que pretendam levar a efeito durante o seu Mandato.-----

### **2.4 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS/CORPOS SOCIAIS**

- Foi presente o ofício da Santa Casa da Misericórdia de Góis, datado do dia 15.03.11, dando conhecimento dos novos Corpos Sociais para o triénio



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2011/2013.-----

-----A senhora Presidente felicitou os novos Corpos Sociais, rendendo a sua homenagem ao Dr. José Cabeças, enquanto Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis, pelo excelente trabalho realizado desde 1989 até à presente data, o qual em boa hora reactivou esta Instituição tendo implementado vários serviços de âmbito social, nomeadamente a implementação do Centro de Dia em Vila Nova do Ceira no Hospital Monteiro Bastos e posteriormente o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Góis em Vila Nova do Ceira, o qual integra as valências de Centro de Dia, ATL e Apoio Domiciliário, o Centro de Dia de Corterredor e da Cabreira e o Centro Municipal de Acção Social, entre muitas outras actividades. Terminou felicitando o senhor Dr. José Domingos de Ascensão Cabeças pela obra deixada no concelho de Góis enquanto Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Góis, fazendo votos para que os novos Corpos Sociais honrem o património construído e desenvolvam com sucesso as actividades que pretendam levar a cabo ao longo do mandato.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.5 - EDP/OBRAS EFECTUADAS E A EFECTUAR NO CONCELHO DE GÓIS -**

Foi presente o ofício da EDP, datado do dia 03.03.11, dando conhecimento dos trabalhos realizados, trabalhos em curso e trabalhos a efectuar no concelho de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.6 – PROJECTO INTEGRADO DE INTERVENÇÃO PRECOCE/MUDANÇA DO PIIP DE COIMBRA PARA O SISTEMA NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE (SNIPI) -**

Foi presente o ofício do Projecto Integrado de Intervenção Precoce – Distrito de Coimbra, datado de 28.02.11 dando conhecimento da mudança deste Projecto para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI).-----

-----A senhora Presidente informou, que a Equipa de Coordenação do PIIP – Distrito de Coimbra, na impossibilidade de materializar uma reunião formal com as Instituições que ao longo de todos os estes anos colaboraram neste serviço, não sentia contudo que a sua função estivesse terminada sem proceder a esta



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

informação, fundamentalmente porque pretendeu enaltecer a elevada qualidade técnica, dedicação e profissionalismo com que os técnicos da Câmara Municipal se entregaram ao trabalho de Intervenção Precoce, deixando nele, em especial nas crianças e famílias que directamente ou indirectamente apoiaram, a sua marca de qualidade. Informou ainda, que esta Equipa apresentou à Câmara Municipal o mais profundo reconhecimento pela prestimosa colaboração e parceria com que sempre apoiou o PIIP – Distrito de Coimbra.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2.7 – INICIATIVAS MUNICIPAIS/ABRIL 2011** – A Câmara tomou conhecimento das iniciativas culturais que o Município de Góis irá promover durante o mês de Abril nomeadamente:-----

-----a) 30.03.11 a 01.04.11 – Projecto Champimóvel – Av. Engº. Augusto Nogueira Pereira, junto ao Pavilhão Gimnodesportivo de Góis;-----

-----b) 03.04.11 – Feira Sustentável – Recriação Etnográfica das Feiras Tradicionais – Largo do Adro em Vila Nova do Ceira; numa organização da Lousitânea;-----

-----c) 16.04.11 – Festival de Folclore Beirão – Largo Francisco Inácio Dias Nogueira – Góis, numa organização do Rancho Folclórico Serra do Ceira;-----

-----d) 18.04. 11 – Dia Internacional dos Museus e Sítios – “Vamos ao Largo! Em Recuperação do Património...” - Largo Francisco Inácio Dias Nogueira – Góis;--

-----e) 22.04.11 a 25.04.11 – Páscoa de Sabores – Restaurantes aderentes do concelho de Góis;-----

-----f) 25.04.11 – Comemorações do Dia Nacional da Liberdade – Hastear da Bandeira Nacional e Sessão Solene – Paços do Concelho.-----

**2.8 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA E SISTEMA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SMPC/SESSÃO DE APRESENTAÇÃO** - A senhora Presidente informou o Executivo que a

Autoridade Nacional de Protecção Civil, promoveu no dia 27.01.11 uma sessão de apresentação do Sistema de Informação de Planeamento de Emergência e do Sistema de Formação dos Trabalhadores dos Serviços Municipais de Protecção Civil (SMPC), na qual esteve presente o senhor Comandante



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Operacional Municipal, Francisco Nogueira Dias.-----

-----Prosseguiu, informando que o Sistema de Informação de Planeamento de Emergência é uma ferramenta informática destinada a toda a população, com especial relevância para a Presidente da Câmara Municipal, enquanto responsável pela Protecção Civil Municipal, para os agentes de Protecção Civil sedeados na área territorial do concelho de Góis e para aqueles que, eventualmente possam intervir na área de actuação própria. Mais informou, que neste sistema estão inseridos todos os Planos Municipais de Emergência já aprovados, podendo estes ser consultados através do portal <http://planos.procov.pt>, dando assim possibilidade à sociedade civil de ter conhecimento das componentes públicas do PME. Mais informou, que existem componentes reservadas neste portal e que para serem consultadas necessitam de códigos de acesso ao sistema, informando que o código relativo ao Gestor – Câmara Municipal, foi entregue ao senhor Comandante Operacional Municipal.---

-----Relativamente ao Sistema de Formação dos Trabalhadores dos Serviços Municipais de Protecção Civil, informou que foi dado conhecimento das diligências efectuadas no sentido de permitir a formação aos funcionários da Autarquia com responsabilidades na área da Protecção Civil, com a prévia autorização da Presidente de Câmara. Informou ainda, alguns dos temas debatidos durante a sessão de esclarecimento.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2.9 – NATURE SANUS – TURISMO, S.A./PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NO CÓDIGO FISCAL DE INVESTIMENTO** - Foi presente a informação da DAG/Serviço Jurídico e Contra-Ordenações, datada de 15.03.11, relativa ao pedido de declaração de aceitação dos benefícios previstos no Código Fiscal de Investimento, pela empresa Nature Sanus – Turismo S.A., a qual constitui o Anexo I da presente Acta.-----

-----A senhora Presidente informou que se trata de uma empresa devidamente constituída com um elevado potencial de crescimento e com uma mais-valia em termos de competitividade do país, tal como é reconhecido no PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo, tratando-se de um projecto estratégico que alia



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

a componente turística aos cuidados de saúde e de bem-estar, acrescentando ainda o aumento da oferta de logística de que o concelho de Góis e concelhos limítrofes carecem. Com um projecto desta dimensão e natureza, e atendendo às dificuldades que advêm da conjuntura económica actual, a empresa demonstra que pretende efectivamente manter a sua laboração, o que contribui inequivocamente para alavancar a economia do concelho, pois trata-se de um investimento que ronda 13.563.588,00 Euros, sem esquecer o factor empregabilidade dado que está prevista no futuro a criação de mais de setenta postos de trabalho.-----

-----Prosseguiu, referindo que atendendo a que reúne os requisitos legais para que se possa deliberar no sentido de isentar o pagamento de IMT, deverá a Câmara Municipal apreciar e deliberar no sentido de propor à Assembleia Municipal a referida isenção, por ser este o órgão que tem competência para o efeito conforme preceituado no n.º 5 do artigo 39.º-B, sendo que o mesmo procedimento terá de ser realizado para dar cumprimento à isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) prevista na alínea b) n.º 1 do artigo 16.º do Código Fiscal de Investimento que constitui o anexo ao Decreto-lei n.º 249/2009, de 23 de Setembro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e com base na informação supra mencionada, deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal que delibere sobre a isenção total de IMT e IMI à Empresa Nature Sanus – Turismo S.A.-----

**2.10 – PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DO ESPAÇO INTERNET DO MUNICÍPIO DE GÓIS** - Foi presente a proposta de Regulamento Interno do Espaço Internet do Município de Góis, a qual constitui o Anexo II da presente Acta.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e após análise e discussão deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento Interno do Espaço Internet do Município de Góis.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter o presente documento à Assembleia Municipal para deliberação.-----





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**2.11 – PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DO HORÁRIO DE TRABALHO DE ATENDIMENTO E FUNCIONAMENTO DO MUNICÍPIO DE GÓIS** - Foi presente a proposta de Regulamento Interno do Horário de Trabalho de Atendimento e Funcionamento do Município de Góis, a qual constitui o Anexo III da presente Acta.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e após análise e discussão deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento Interno do Horário de Trabalho de Atendimento e Funcionamento do Município de Góis.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter o presente documento à Assembleia Municipal para deliberação.-----

**2.12 – EDP/REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA** - Foi presente a informação da DAG/Serviços Financeiros – Contabilidade, datada de 21.03.11, relativa ao orçamento nº 0331/2011 da EDP, datado de 14.03.11, referente à ampliação da Rede BT/IP, na localidade de Fonte dos Sapos na freguesia de Alvares, no valor de quatrocentos e quarenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, informando ainda, estarem reunidas todas as condições para que este serviço possa ser adjudicado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a ampliação da rede BT/IP constante no orçamento nº0331/2011 da EDP.-----

**2.13 – ARCJILSSA/2º RALLY DO RABADÃO – GÓIS** - A senhora Presidente informou que nos dias 02 e 03 de Abril irá realizar-se o 2º Rally do Rabadão – Góis, numa organização da Associação Desportiva, Recreativa, Cultural, Juvenil e de solidariedade Social dos Amigos de Vale de Moreiro e Manjão – ARCJILSSA, prova desportiva que mereceu o parecer favorável das Entidades competentes.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**2.14 - PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA NA PRESIDENTE/ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO DE 28.12.2010** - Foi presente a proposta de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara, a qual constitui o Anexo IV da presente Acta.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

-----A senhora Presidente informou que a Câmara Municipal delegou na reunião de 28 de Dezembro de 2010, uma panóplia de competências próprias na Presidente da Câmara, tendo sido posteriormente em 20 de Março publicado o Decreto-Lei nº 40/2011 que altera o regime de autorização da despesa com a celebração de contratos públicos, revogando assim os artigos 16º a 22º e 29º do Decreto-Lei nº197/99 de 8 de Junho. Neste sentido, a senhora Presidente propôs ao Executivo a alteração das alíneas c) e i) do nº1 constante do documento anexo aprovado na referida reunião, que define a delegação de competências no que respeita à autorização da despesa, tanto na locação e aquisição de imóveis e serviços como de empreitadas de obras públicas.-----

-----O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia referiu, mais uma vez, que a presente proposta deveria estar sustentada em parecer jurídico adequado, documento que o deixaria mais tranquilo para melhor poder deliberar sobre este assunto, pelo que irá abster-se na sua votação.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que irá abster-se na votação do presente assunto, pelas mesmas razões por si invocadas na reunião de 28.12.10.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com três votos a favor e duas abstenções dos senhores Vereadores do PSD alterar a deliberação tomada pelo Executivo em 28.12.2010.-----

### -----ASSUNTOS NÃO AGENDADOS:-----

**2.15 - ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS/CORPOS SOCIAIS** - Foi presente o ofício da Associação Educativa e Recreativa de Góis, datado do dia 18.03.11, dando conhecimento dos novos Corpos Sociais para o biénio 2011/2013 da Direção Geral e da Direção da Secção de Futebol.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e felicitou os Corpos Sociais eleitos desejando votos de sucesso nas actividades que pretendam levar a efeito durante o seu Mandato, reiterando a disponibilidade do Município de Góis para continuar a colaborar nas iniciativas promovidas por esta Associação.-----

**2.16 – PARECERES JURÍDICOS** - A senhora Presidente deu conhecimento dos pareceres jurídicos relativos à abertura de procedimentos concursais aprovados



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

pelo Executivo em 09.11.10, bem como, da suspensão da comissão de serviço como Chefe de Divisão do Vereador Dr. Mário Barata Garcia e da nomeação, em regime de substituição, para o cargo de Chefe de Divisão da Dr<sup>a</sup>. Sara Mendes, assuntos que irão ser apreciados na próxima reunião do Executivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.17 - COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DAS FLORESTAS/VISITA DE S.E. O SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL**

– A senhora Presidente informou que no âmbito das Comemorações do Ano Internacional das Florestas, irá ser levado a efeito no próximo dia 04 de Abril, um programa que inclui uma acção promovida pelo Governo Civil de Coimbra, a entrega da Medalha de Mérito à Associação Florestal do Concelho de Góis e o exercício prático “Fogo Controlado para a Gestão de Combustíveis”. Informou ainda, que o programa contará com a presença do senhor Governador Civil do Distrito de Coimbra e de S.E. o senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural – Eng<sup>o</sup> Rui Pedro Barreiro, convidando o Executivo a estar presente no Evento.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **2.18 - INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DIAMANTINO JORGE SIMÕES GARCIA**

– O senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia questionou sobre qual o ponto de situação da alteração do PDM, nomeadamente na freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia informou que têm decorrido diversas reuniões de trabalho entre a CCDRC e o Município de Góis para se obter uma redacção final de proposta de alteração do PDM a submeter brevemente para decisão aos órgãos do Município. Mais referiu, que essa proposta está já concluída e irá agora ser remetida formalmente à CCDRC para apreciação final e, que a mesma estava desde já à disposição do Executivo para conhecimento.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3 - CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS E LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----**



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**3.1 – RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia vinte e oito de Março do ano em curso, no montante de um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e um euros e sete cêntimos.-----

**3.2 – PAGAMENTOS** – A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos, relativos ao ano de dois mil e onze, constantes nas ordens número quatrocentos e quarenta e oito à seiscentos e sessenta e cinco, no montante de quatrocentos e setenta mil, quinhentos e oito euros e sessenta e três cêntimos.-----

**3.3 – REQUISIÇÕES** – A Câmara tomou conhecimento das requisições emitidas desde a última reunião até à presente data.-----

**3.4 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES** – A Câmara tomou conhecimento de que não foi emitida nenhuma licença de obras particulares:-----

-----A Câmara tomou igualmente conhecimento de que foram emitidas as seguintes autorizações de utilização: -----

-----a) Número cinco, requerida por Telmo Filipe Oliveira Henriques, Carvão – Góis.-----

-----b) Número seis, requerida por Laura Maria Simões Alves, Fonte Limpa – Alvares.-----

-----c) Número sete, requerida por João Vasco Barata Lopes e Teresa Sofia Martins Jesus, Almas do Cabeço – Regateira – Góis.-----

**3.5 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** - A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia vinte e nove de Março do ano em curso.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências correntes, no montante de cinco mil, quinhentos e setenta e um euros e cinquenta cêntimos constante no Anexo V, cuja cópia fiel fica a constituir parte integrante da presente Acta.-----

**3.6 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** - A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia vinte e nove de Março do ano em



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

curso.-----  
----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as transferências de capital, no montante de seis mil euros, constante no Anexo VI, cuja cópia fiel fica a constituir parte integrante da presente Acta.-----

**3.7 - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL** – Foi presente a Proposta de Abertura de Procedimentos Concurrais para o recrutamento de cinco trabalhadores por constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo) – Vigilância Florestal, bem como para o recrutamento de três trabalhadores por constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo) – Nadadores Salvadores, a qual constitui o anexo VII da presente Acta.-----

----A senhora Presidente informou que com o recrutamento de cinco trabalhadores por constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo) – Vigilância Florestal, pretende dar-se cumprimento a uma atribuição municipal relacionada com a responsabilização na Defesa da Floresta Contra Incêndios de acordo com o estabelecido no DL nº124/2006 de 28 de Junho. Por se tratar de uma actividade que tem subjacente uma certa sazonalidade e pelo facto de no período em que se verifica a sua necessidade não ser de todo possível reafectar pessoal para o desenvolvimento das tarefas inerentes à presente contratação, e por em primeiro lugar existir insuficiência de pessoal em alguns serviços municipais que se encontra em fase de colmatação através da contratação de pessoal e por ser impraticável canalizarem-se trabalhadores para o desempenho destas funções e em segundo lugar por se tratar de um período de grande actividade municipal e como tal os trabalhadores em funções estarem afectos à execução das tarefas relacionadas com essas actividades e finalmente por ser um período em que muitos trabalhadores se encontram em gozo de férias, o que, *per si*, já condiciona bastante o funcionamento dos serviços, tornando-se desta maneira necessário recorrer à contratação de pessoal.-----

----Face ao exposto, a presente proposta comporta o recrutamento de 5



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

assistentes operacionais, por um período previsível de 6 meses, a afectar ao Serviço de Gestão de Recursos Endógenos da Divisão de Gestão Urbanística, Planeamento e Ambiente (DGUPA) com as funções descritas no documento anexo ao Mapa de Pessoal de 2011 “Caracterização dos postos de trabalho” referenciada como “Actividade 52”.-----

-----Prosseguiu, informando que com o recrutamento de três trabalhadores por constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo) – Nadadores Salvadores, pretende dar cumprimento ao estabelecido na Lei nº44/2004, de 19 de Agosto (Regulamento de Assistência a Banhistas) e ainda manter o galardão de praia acessível na Praia das Canaveias e atingir o mesmo galardão na Praia da Peneda.-----

-----Referiu ainda, que anualmente e tendo em consideração o anteriormente exposto e a grande afluência de turistas às praias fluviais em causa, torna-se necessário que as referidas infraestruturas se encontrem dotadas de trabalhadores com formação específica na assistência aos banhistas (curso de nadador salvador ministrado pelo Instituto de Socorros a Náufragos). Dado que os trabalhadores em funções no Município não cumprem este requisito primordial e por se tratar de uma actividade sazonal com duração de apenas 2 meses/ano, não se verifica a necessidade de recorrer a outro tipo de relação jurídica de emprego público.-----

-----Neste sentido, pretende-se o recrutamento de 3 assistentes operacionais a afectar ao Serviço de Turismo e Acção Social da Divisão Social e Cultural (DSC) com as funções descritas no documento anexo ao Mapa de Pessoal de 2011 “Caracterização dos postos de trabalho” referenciada como “Actividade 83”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à abertura de procedimento concursal para o recrutamento de cinco trabalhadores por constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo) – Vigilância Florestal.-----

-----Mais deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao recrutamento de três trabalhadores por constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo) – Nadadores Salvadores.-----



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**3.8 – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE QUATRO ENCARREGADOS OPERACIONAIS/PROPOSTA** - A senhora Presidente informou que em 09.11.10 foi autorizado pelo Executivo a abertura de procedimento concursal para recrutamento de quatro Encarregados Operacionais, cumprindo essa autorização com os pressupostos constantes do nº2 do artigo 10º da Lei nº12A/2010, de 30 de Junho (PECII). Mais informou, que o Orçamento de Estado para 2011, publicado pela Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, apesar de na sua alínea c) do nº1 do artigo 24º não permitir a prática de *“abertura de procedimentos concursais para categorias pluricategoriais”*, refere ainda que tal facto não pode nem deve criar situações que façam perigar o funcionamento dos serviços públicos, permitindo assim o nº 6 do mesmo artigo que ocorram mudanças de categoria que se relevem absolutamente necessárias para o exercício de determinados cargos quando cumulativamente se encontrarem reunidas as condições para a mudança de categoria e esta se revelar imprescindível por não existir outra forma de assegurar o exercício das funções por parte do anterior titular.-----

-----Proseguiu, informando que os lugares para os quais se pretendem recrutar os encarregados operacionais encontram-se previstos no Mapa de Pessoal para 2011, estando cada Serviço dotado com pelo menos 10 assistentes operacionais, conforme estabelece o nº 5 do artigo 49º da Lei nº12/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro e Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro. Informou ainda, que em 01.02.2011 foi publicado em Diário da República entrando em vigor no dia 02.02.2011 a nova estrutura orgânica do Município de Góis que criou na Divisão de Gestão Urbanística, Planeamento e Ambiente o Núcleo de Serviços Externos.-----

-----Continuou referindo que, aquando da reorganização dos serviços municipais houve uma especial atenção em particularizar os serviços externos do Município, criando para o efeito o Serviço de Gestão de Equipamentos Rolantes e o Núcleo de Serviços Externos que tem afecto o Serviço de Salubridade de Qualidade de Vida, o Serviço de Obras por Administração Directa e o Serviço de Saneamento



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Básico e Feira, sendo para tal necessário a criação e dotação dos lugares de encarregados operacionais. Na medida em que estes lugares não se encontram dotados e o seu exercício não pode ser assegurado pelos anteriores titulares, é imprescindível a sua ocupação através de um procedimento concursal para recrutamento de pessoal, sendo que, se tal não ocorrer de acordo com o previsto no mapa de pessoal não será possível concretizar em pleno os objectivos considerados aquando da reorganização dos Serviços Municipais e que são determinantes para uma eficiente gestão de recursos humanos. Referiu ainda, que como os trabalhadores externos do Município representam mais de 1/3 do total de trabalhadores é imprescindível a sua coordenação. Mais referiu, que sem a existência desta figura, se tornar bastante complicada a gestão de recursos humanos, podendo ainda, não se traduzir nos parâmetros de eficiência e eficácia exigidos e pretendidos, impostos tanto interna como externamente. Acrescentou que, a existência da figura do encarregado operacional é uma forma de conduzir a uma maior responsabilização pelo trabalho desenvolvido nos Serviços Municipais externos, verificando-se efectivamente a necessidade de existir uma figura mais próxima dos trabalhadores em cada um destes Serviços, pois estará assim facilitada a aferição das necessidades dos mesmos, a agilização da comunicação existente entre estes e a parte mais técnica e mesmo a parte política do Município, permitindo ainda tirar-se um maior rendimento na execução dos trabalhos que se traduz numa maior produtividade, organização e celeridade na resolução dos problemas da população. Por fim, importa ainda ressaltar que, com a existência de encarregados operacionais, a avaliação de desempenho tenderá a ser ainda mais rigorosa, pois o avaliador estará mais próximo do avaliado e assim em condições de melhor aferir o nível de execução.-----

-----Neste sentido, a senhora Presidente propôs ao Executivo a emissão de parecer favorável à contratação de quatro Encarregados Operacionais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à contratação de quatro Encarregados Operacionais.-----





## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

**3.9 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** - Foi presente a informação da Dr<sup>a</sup>. Sara Mendes, Chefe da Divisão de Administração Geral (DAG), datada de 28.03.2011, relativamente à contratação de serviços de jardinagem para a manutenção da zona envolvente da Praia Fluvial das Canaveias.-----

-----A senhora Presidente informou que devido ao número de trabalhadores do Município afecto aos serviços de jardinagem ser insuficiente em função dos espaços verdes existentes no concelho que carecem de manutenção há necessidade de se proceder à contratação de serviços para este efeito.-----

-----Mais informou, que em 2004 foi contratado o senhor Luis Carlos Vaz Paiva, empresário em nome individual, o qual demonstrou grande qualidade e profissionalismo no serviço prestado na manutenção da zona envolvente na zona supra mencionada.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e com base na informação da DAG, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à contratação de prestação de serviços de jardinagem para a manutenção da zona envolvente à Praia Fluvial de Canaveias ao senhor Luís Carlos Vaz de Paiva.-----

**4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: FALTAS, ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR; PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA NA PRESIDENTE/ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO DE 28.12.2010; ARCJILSSA/2º RALLY DO RABADÃO – GÓIS; RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA; PAGAMENTOS; REQUISIÇÕES; LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES; DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL; ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL; PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE QUATRO ENCARREGADOS OPERACIONAIS/PROPOSTA; CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**-----

-----**DADA A PALAVRA AO PÚBLICO:**-----

-----a) A senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata, iniciou a sua intervenção cumprimentando o Executivo e, uma vez que foram objecto de deliberação do Executivo a abertura de alguns procedimentos concursais, interveio no sentido de ver esclarecido uma situação relativa a um requerimento



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

para progressão na carreira através de abertura de procedimento concursal.-----  
-----Proseguiu, informando que é do seu conhecimento que desde a entrada da Lei do Orçamento de Estado 2011, as carreiras subsistentes estão proibidas de abertura de procedimento concursal, prendendo-se a sua questão pelo facto de um funcionário da Autarquia, seu familiar, ter apresentado em Agosto de 2010, um requerimento para poder progredir na sua carreira, tendo-se verificado que até 31 de Dezembro de 2010, essa situação não foi resolvida, sendo sua opinião que no período de Agosto a Dezembro houve tempo necessário para dar início e para concluir todo o processo concursal. Acrescentou, que este funcionário tem sido ao longo da sua carreira no Município de Góis prejudicado, não sendo culpa dos seus superiores hierárquicos, mas sim por incúria de alguns funcionários.----  
-----Mais informou, que relativamente a este assunto em reunião com o responsável pelos serviços de Recursos Humanos, relativa ao processo de transição da carreira deste funcionário expôs que o processo enfermava de algumas ilegalidades visíveis à luz da Lei, uma vez que conforme progrediu, regrediu, facto que veio a ser confirmado pelos serviços, acrescentando que se deveria ter dado conhecimento ao funcionário desta situação.-----  
-----Reforçou a sua intervenção, demonstrando a sua apreensão relativamente à situação criada ao funcionário em questão, uma vez que não entende se é por inveja ou raiva de alguns que o processo estagnou, questionando se o trabalho executado por este trabalhador não é meritório de reconhecimento por parte dos seus superiores hierárquicos. Terminou, afirmando que este assunto poderia ter sido conduzido de outra forma, de maneira a não criar expectativas ao funcionário, nem danos para ambas as partes.-----  
-----Continuou a sua intervenção, referindo que da leitura que fez a uma Acta da Reunião do Executivo publicada no Jornal “O Varzeense”, manifestava a sua apreensão pelo facto de a mesma fazer referência a nomes de funcionários quando é mencionado um procedimento disciplinar, sendo sua opinião que deverá existir um pouco mais de contenção quando se fala neste tipo de assunto, uma vez que qualquer um está sujeito a prevaricar seja intencionalmente ou por inocência. Referiu ainda, que quando há intenção de



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

abertura de procedimento disciplinar o mesmo não deverá ser do conhecimento público, uma vez que o processo por diversos factores poderá não produzir qualquer efeito, podendo ficar a Instituição lesada e o trabalhador sair deste acto vitorioso, sem motivo para tal.-----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, explicou à senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata, a existência de três trabalhadores na categoria de fiscal municipal que requereram a abertura de concurso, no sentido de poderem progredir na sua carreira. Contudo, nem todos os trabalhadores reuniam os requisitos necessários para o efeito, situação essa que se veio a verificar em Outubro de 2010. Entretanto, também alguns mecanismos legais não permitiram a abertura dos referidos procedimentos antes daquela data.-----

-----Continuou referindo que após essa data, foram tomadas as devidas diligências para a abertura desses procedimentos concursais, facto que não veio a acontecer face à proposta do Orçamento de Estado para 2011, mencionando a mesma que os concursos abertos até 31.12.2010, ficariam cancelados se os trabalhadores concursados não fossem notificados da sua classificação final até àquela data. Referiu ainda, que esse normativo veio consagrado na Lei do Orçamento para 2011.-----

-----Por último, o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que por parte do Executivo, em todo este processo, existiu sempre, todo empenhamento e dedicação no sentido de resolver o pedido dos referidos trabalhadores e nunca negar as suas expectativas, aliás, como é do conhecimento dos interessados que várias vezes foram informados do evoluir da situação.-----

-----A senhora Presidente referiu que com a intervenção da senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata, pode concluir que houve fuga de informação da Autarquia, relativamente à apresentação de um requerimento por parte de um trabalhador para efeitos de progressão na carreira, facto que lamenta. Prosseguiu, referindo que a Câmara Municipal de Góis tem muito mais beneficiado os trabalhadores do que prejudicado, não se revendo o actual Executivo e possivelmente também aqueles que a antecederam, nas palavras



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

proferidas na intervenção da munícipe.-----

----Relembrou, ser do conhecimento de todos, que foi feito um conjunto de reconhecimento de competências a trabalhadores, reconhecimento esse que foi acompanhado de recompensa financeira, tendo posteriormente esta suposta nomeação tido um resultado diferente por imperativo legal, não resultando daí qualquer prejuízo material para os trabalhadores, uma vez que não tiveram que repor verbas até então recebidas, por ter sido entendimento do presente Executivo que estes trabalhadores não tinham qualquer responsabilidade pela situação criada. Prosseguiu reconhecendo que esta situação trouxe alguns danos psicológicos e materiais aos trabalhadores envolvidos neste processo, resultando estes de alguma desmotivação face ao trabalho subjacente à sua carreira, realçando o facto destes terem usufruído materialmente de alguns benefícios enquanto estiveram nomeados.-----

----Usou da palavra a senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata que referiu não ter acusado absolutamente ninguém na sua intervenção, sendo lógico que como mãe do funcionário em causa tenha conhecimento da situação por si apresentada.-----

----A senhora Presidente informou a munícipe que não poderá intervir na reunião do Executivo como familiar do trabalhador, mas sim como público, porque quem tem que reclamar serão sempre os visados, ou seja, os trabalhadores que se sentem prejudicados por qualquer situação criada pelo Executivo, devendo solicitar para o efeito uma audiência para esclarecimento. Contudo, relembrou que o trabalhador mencionado na intervenção da munícipe, ao longo da sua carreira foi também beneficiado e nem sempre prejudicado, como alegou.-----

----Continuou, referindo que o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues explicou e muito bem, o processo que resultou do requerimento apresentado pelo funcionário, reafirmando que o procedimento concursal não teve início em Agosto, em virtude de só no mês de Outubro estarem reunidas todas as condições necessárias para que os três trabalhadores na mesma situação pudessem concorrer e ser aberto procedimento concursal para o efeito,



## M U N I C Í P I O D E G Ó I S

tratando-se de uma questão de justiça. Referiu ainda, estar solidária com estes trabalhadores, em virtude do procedimento concursal não ter sido iniciado assim que estiveram reunidas as condições para o efeito.-----

-----A senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata, referiu que a sua intervenção visou apenas exortar o Executivo para a necessidade de tratar de forma igual todas as situações internas que se prendem com recursos humanos, respeitando naturalmente a legislação em vigor.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas doze horas e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_